

PROCESSO N° : 2016/09040/000001
UNIDADE GESTORA : 09040 – Controladoria Geral do Estado - CGE
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 009/2016
SGD N° 2016/09049/000441

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Controladoria Geral do Estado do Tocantins - CGE, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

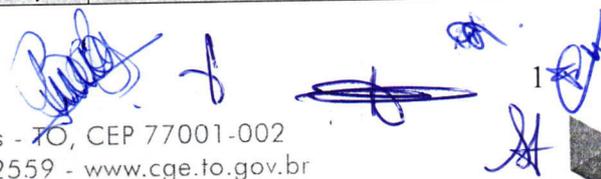
3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **72 e 73**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **80,33%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica que houve arrecadação de recursos, mesmo sem ter havido previsão, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	0,00	0,00	-
Receitas de Capital	0,00	6.000,00	-
TOTAL	0,00	6.000,00	-

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0226	0,00	6.000,00	-
TOTAL	0,00	6.000,00	-





3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **80,39%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	10.825.287,00	8.697.777,40	80,35
Despesa de Capital	21.834,00	21.833,92	100,00
TOTAL	10.847.121,00	8.719.611,32	80,39

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	10.847.121,00	8.719.611,32	80,39
TOTAL	10.847.121,00	8.719.611,32	80,39

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem um redução de **2,26%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 6.000,00**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 8.769.682,67**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 505.737,74** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 2.642,76**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 8.719.611,32**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 124.043,48**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 406.444,41**, restando saldo de **R\$ 33.963,96** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **77 e 78**.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. **83 e 84**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Passivo Circulante é consideravelmente maior que o Ativo Circulante, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 1.136.946,00**, composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 86.551,96**, refere-se a restos a pagar processados.

3.6.3.1 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 89.747,02**, não houve cancelamento, restando um saldo de **R\$ 505.382,89**, justificado à fl. **95**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um déficit financeiro de **R\$ 557.970,92**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 33.963,96**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 591.934,88**, conforme fl. **84**.



[Handwritten signatures and marks]

3.7 Os bens patrimoniais, registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 1.136.946,00**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

3.8 A conta contábil “Estoques” apresenta saldo no valor de **R\$ 60.937,00**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **112 a 142**.

3.9 A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” registra saldo no valor total de **R\$ R\$ 27.963,96**, na Conta Única do Tesouro Estadual, conforme Balanço Financeiro, à fl. **78**.

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 2.329.356,54**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 8.769.682,76** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 9.307.602,95**, reduzindo o Patrimônio Líquido em **R\$ 537.920,19**, conforme demonstrado à fl. **80 a 82**.

3.12 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 31.321,20**, à fl. **86**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Controladoria Geral do Estado do Tocantins**, foram acompanhados e fiscalizados pelo Controle Interno do órgão.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **14** (quatorze) processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretiva para melhor instrução processual e adequação às normas, além da análise de **1** (um) processo de procedimento licitatório, modalidade de Carta Convite, para a aquisição de um transformador de energia elétrica para a sede desta Controladoria Geral do Estado.

4.1.1 Também foram fiscalizados **1** (um) processo de pagamento de juros e multas por atraso na liquidação do contrato de serviços de telefonia fixa, ocorrido no exercício de 2014, tendo sido identificado os responsáveis pelo atraso e recomendado o devido ressarcimento, bem como **1** (um) processo de pagamento de juros, multas e correção monetária por atraso na liquidação do contrato de serviços de energia elétrica, ocorrido no exercício de 2014, para o qual foi recomendado a devida apuração de responsabilidade de quem deu causa.

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **26** (vinte e seis) atendimentos via telefone **18**



(dezoito) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, tendo havido a participação dos responsáveis designados na Portaria CGE nº 051/2015, o que influenciou diretamente nos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou Auditoria de Regularidade na **Controladoria Geral do Estado** no exercício em análise, não tendo ainda encaminhado o respectivo relatório a unidade gestora, conforme informado à fl. **182**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. **29 a 51**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Controladoria Geral do Estado do Tocantins**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. **34 a 35**, definidos nos Programas Temáticos: Programa 1034 – **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do Programa 1042 - **Gestão e Manutenção** da Controladoria Geral do Estado.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas físicas, cujo desempenho no exercício em análise, demonstra que **01** (uma) teve execução média de 100% em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, conforme demonstrado, às fls. **38 e 39**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **01** (um) indicador, que evidenciam um nível insatisfatório, conforme demonstrado às fls. **36 e 37**.

6.1.2 Em relação à avaliação das **04** (quatro) iniciativas vinculadas aos objetivos, percebe-se um bom desempenho, especificado nos relatórios, às fls. **40 a 45**.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foi elaborada **01** (uma) ação orçamentária, de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices



da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um médio grau de eficiência conforme demonstrado á fl. **46**.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **04** (quatro) ações de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **80,34%** foi executado por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme demonstrado às fls. **47 a 49**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. **178 a 181**, um quantitativo de **120** servidores ativos, sendo que **1** servidor foi admitido no exercício de 2015 por meio de concurso.

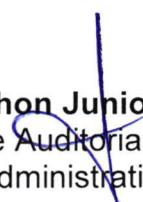
8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelo responsável **Luiz Antonio da Rocha, Elza Dias Piagem** e outros relacionados neste processo às fls. **06 a 07**.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.


Luciana Burgel de Castro
Analista/Assistente Administrativo


Cristiane Dalastra
Analista/Contador


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental


Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em 24/02/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

